

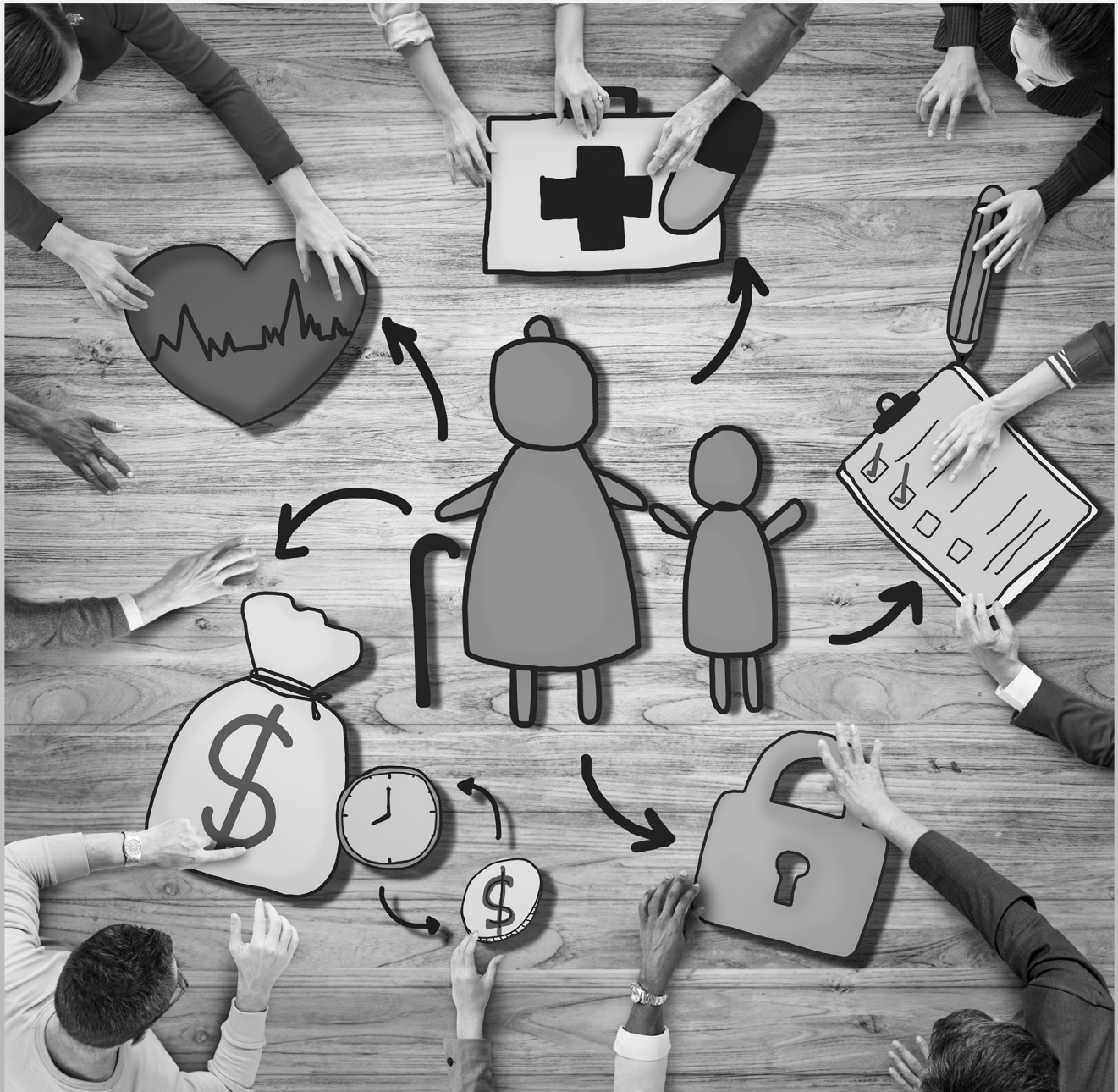


Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

5

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 5 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-230-2

DOI 10.22533/at.ed.302202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA: ELEMENTOS E GÊNESE DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA NA EUROPA	
Taiane Macêdo Silva Adriana Freire Pereira Ferriz Emanuel Luiz Pereira da Silva Vanessa Carla Borges de Lima Thaúanna Gomes Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3022029071	
CAPÍTULO 2	7
SANEAMENTO BÁSICO: FATORES HISTÓRICOS E DESIGUALDADES PERSISTENTES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Andressa Caroline de Lima Giovana Galvan Marli Renate von Borstel Roesler	
DOI 10.22533/at.ed.3022029072	
CAPÍTULO 3	19
A SOBREVIVÊNCIA NO URBANO: OS ARTESÃOS NA FEIRINHA DA PRAIA GRANDE DE SÃO LUÍS	
Rayssa Cordeiro Silva Carvalho Rocha Alanna Larissa Aragão Teles Giovanna de Abreu Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.3022029073	
CAPÍTULO 4	28
O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O CASO DO <i>JORNAL DA PERIFERIA</i>	
Rozinaldo Antonio Miani	
DOI 10.22533/at.ed.3022029074	
CAPÍTULO 5	39
JARDIM GRAMACHO: TERRITÓRIO EXTRAORDINÁRIO DO LIXO E DA INJUSTIÇA AMBIENTAL	
Valéria Pereira Bastos Mariana Andrade Lobo Silva Raphaela Ximenes Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.3022029075	
CAPÍTULO 6	52
REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DO CORPO NEGRO REFUGIADO NO BRASIL	
Mayara Castro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3022029076	
CAPÍTULO 7	61
CONTROLE SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO PAPEL DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	
Renata Antônia de Souza Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.3022029077	

CAPÍTULO 8	72
BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO HISTÓRICA ACERCA DAS POLÍTICAS SOCIAIS, E DA QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO FERNANDO-RN	
Francisco das Chagas dos Santos Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3022029078	
CAPÍTULO 9	84
CONCEITO DE REFÚGIO E AMPARO LEGAL: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES	
Carla Juliana Biesdorf	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.3022029079	
CAPÍTULO 10	95
A INSERÇÃO DOS REFUGIADOS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UM DEBATE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE INGRESSO	
Carla Juliana Biesdorf	
Fabio Jardel Gaviragui	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.30220290710	
CAPÍTULO 11	107
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM DEBATE	
Giuliana Barbosa da Rocha	
Maria de Lourdes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.30220290711	
CAPÍTULO 12	120
POPULAÇÃO NEGRA E RACISMO NO BRASIL: DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E SUBALTERNIZAÇÃO	
Kíssia Wendy Silva de Sousa	
Luciana Batista de Oliveira Cantalice	
DOI 10.22533/at.ed.30220290712	
CAPÍTULO 13	128
OS REFLEXOS DO PERÍODO COLONIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A QUESTÃO DA SEXUALIZAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Jocy Helena da Costa Pantoja	
Mayara Alves Azevedo	
Luiza Silva Favacho	
Marcela Martins Maia	
DOI 10.22533/at.ed.30220290713	
CAPÍTULO 14	136
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 – MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC) NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONTROLE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR	
Bruna Eloise Souza Vettor	
Juliana Moura dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290714	

CAPÍTULO 15	148
SEGURIDADE SOCIAL E DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO: A REFORMA ESTRUTURAL E SEUS REFLEXOS NO TRABALHO	
João Paulo Zanin Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.30220290715	
CAPÍTULO 16	158
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS	
Haidée de Caez Pedroso Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.30220290716	
CAPÍTULO 17	170
A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA TRABALHO NO DEBATE COM USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Vera Suzart Barbosa	
Francilene Gomes Fernandes	
Priscila Beralda Moreira de Oliveira	
Calvin Batista Campos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290717	
CAPÍTULO 18	178
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO DE MISERABILIDADE NA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Juliana Castro Torres	
Paula Martins da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.30220290718	
CAPÍTULO 19	190
O ACESSO E A ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFRN	
Lenita Maria dos Santos Fernandes	
Cintia Paixão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.30220290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	200
ÍNDICE REMISSIVO	201

SEGURIDADE SOCIAL E DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO: A REFORMA ESTRUTURAL E SEUS REFLEXOS NO TRABALHO

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 03/05/2020

João Paulo Zanin Júnior

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de
Ribeirão Preto – FDRP/USP
Universidade de São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/3976984407236000>

RESUMO: A seguridade social é um direito fundamental que abrange diversas áreas, como a Previdência Social; neste regime público há o sistema de repartição, que pode sofrer mudanças substanciais em um contexto de provável reforma estrutural na Previdência Social e em um contexto de flexibilização das leis trabalhistas. A principal justificativa para tais reformas, como a inclusão do regime de capitalização, é a mudança do quadro demográfico brasileiro. Levanta-se uma correlação entre o sistema previdenciário e o déficit fiscal da União; contudo, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o sistema de seguridade social não constituem as maiores despesas da União. Há outros fatores, como refinanciamento da dívida pública federal e renúncias fiscais, que prejudicam a arrecadação

de recursos da União. No tocante aos interesses laborais, as alterações no Direito Previdenciário e no Direito do Trabalho produzem impactos diretos na vida dos trabalhadores, que têm como perspectivas a diminuição de garantias legais, menor acesso aos benefícios previdenciários e decréscimo na qualidade de vida. Ao final, conclui-se que é necessário o saneamento do déficit orçamentário da União, para voltar ao superávit, sem, contudo, afetar a qualidade de vida dos trabalhadores, de modo a equilibrar despesas em setores que geram mais encargos do que a Previdência Social, à medida do possível.

PALAVRAS-CHAVE: Previdência Social. Orçamento Público. Déficit Fiscal. Demografia. Interesses Laborais.

**SOCIAL SECURITY AND BUDGETARY
DEFICIT: THE STRUCTURAL REFORM AND
ITS REFLEXES ON WORK**

ABSTRACT: Social Security is a fundamental right in Brazil, characterized as a public regime in which prevails “partition system”, which may suffer substantial changes in a context of probable structural reform of Brazilian Social Security and in a context of flexibilization of Labour Law. The main justification to those

reforms, as the inclusion of capitalization system, is the change of Brazilian demographic shape. The article makes a correlation between Social Security system and the Brazil's Federal fiscal deficit; however, the General Regime of Social Security (GRSS) from INSS (National Institute of Health and Safety and Social Security) and the whole social security system are not the major expenses of Brazilian Federal Government. There are other matters, as refinancing of public debt and tax exemptions, which prejudice the Federal Government fund raising in Brazil. Concerning labor interests, the alterations on Social Security Law and Labour Law make direct impacts on worker's life, that they have as perspectives the diminution of legal guarantees, lower access to pension benefits and decrease of quality of life. In the end, the conclusion is that it's necessary to end up with Federal Government fiscal deficit, to come back to budget surplus, without affecting worker's quality of life, in a way that it's possible to equilibrate expenses in affairs that create more costs than Social Security, as far as possible.

KEYWORDS: Social Security. Public Budget. Fiscal Deficit. Demography. Labor Interests.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil vive, nas últimas décadas, um contexto demográfico de envelhecimento da população. As taxas de fecundidade total declinaram nos últimos anos, de quase 2,4 filhos por mulher no ano de 2000, para 1,72 no ano de 2015, conforme dados do IBGE.¹

A mudança do perfil demográfico do Brasil, desta forma, pode levar o país a ter uma parcela muito grande da população fora do mercado de trabalho, visto que no futuro haverá um número elevado de pessoas idosas, com a diminuição do contingente da população economicamente ativa para contribuir com o sistema de seguridade social, o que ensejaria mudanças nesse sistema, notadamente a previdência.

Uma vez que dentro do sistema de seguridade social são propostas alterações significativas na Previdência Social, há perspectiva de fortalecimento da previdência privada. Inclusive um dos tópicos propostos para a chamada “Nova Previdência” é o regime de capitalização.

Embora seja evidente que a futura demografia do Brasil traga a necessidade de adequações no regime previdenciário e o déficit no orçamento público enseje a redução de determinados gastos para voltar ao superávit, é discutível até que ponto as medidas adotadas para sanar tais problemas não afetarão o sistema de seguridade social e os interesses laborais.

Deve ser salientado também a questão da flexibilização das leis trabalhistas, além da possível aprovação de uma lei de terceirização irrestrita, que também trará impactos no sistema previdenciário, ainda mais se houver a inclusão do regime de capitalização após a aprovação de novas emendas constitucionais ou projetos de lei.

O presente artigo trata sobre a seguridade social, abrangendo as áreas de assistência

1. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>. Acesso em 26/08/2019 às 15:43

social, saúde e previdência social², com ênfase recaindo sobre o sistema previdenciário público. Na presente obra, será abordada a mudança do perfil demográfico do Brasil; logo após, haverá uma correlação entre o sistema previdenciário e o déficit fiscal da União, com questionamento sobre a participação do RGPS e do sistema de seguridade social nesse déficit. Em seguida, serão traçados os impactos das alterações previdenciárias sobre os trabalhadores e quais seriam as perspectivas. Assim, a conclusão a que se chega é a da necessidade de sanar o déficit orçamentário da União, sem, contudo, afetar a qualidade de vida dos trabalhadores, equilibrando despesas em setores que geram mais encargos do que a Previdência Social, à medida do possível.

A metodologia a ser empregada é pesquisa bibliográfica, através da busca de textos de caráter acadêmico ou de relevante valor científico em revistas, websites, bibliotecas, legislações e textos oficiais. O método empregado será usado o indutivo, uma vez que a partir da análise de circunstâncias específicas como sistema previdenciário, demografia, orçamento público e interesses laborais, será extraída uma conclusão geral, englobando todas estas variáveis.

2 | O ORÇAMENTO DA UNIÃO E A SEGURIDADE SOCIAL

Uma das premissas que será assentada é a de que o perfil demográfico constitui variável importante nas análises do sistema de seguridade social, notadamente a Previdência. Desta forma, a responsabilidade pelo desequilíbrio neste sistema seria transferida das gerações presentes para as gerações futuras.³

É cediço que o envelhecimento populacional diminuirá o número de contribuintes para o RGPS. Alguns autores consideram que fatores demográficos em conjunto com fatores de ordem legal teriam causado um déficit previdenciário desde metade dos anos 90;⁴ afirma-se também que as mudanças promovidas em 1998 e em 2003 não foram suficientes para evitar esse déficit.⁵

Contudo, cabe ressaltar que a demografia não se revela ser o problema em si;⁶ aspectos legais possuem um peso muito maior para debilitar o quadro da seguridade social, criando na atualidade um quadro artificial de saldo negativo neste sistema.

Outro pressuposto a ser considerado, no presente trabalho, é a necessidade de reverter o déficit no orçamento da União, que tem apresentado resultado desfavorável nos

2. SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social e seguridade social no Brasil**: pautas para o trabalho do assistente social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 116, 2013, pp. 652-74. p. 655.

3. SILVA, Guilherme. **Um Estudo da Sustentabilidade da Previdência Brasileira**: análise dos regimes próprios municipais. Monografia de final de curso. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2012. p. 40.

4. BERTUSSI, Luís Antônio Sleimann; TEJADA, César A. O. **Conceito, Estrutura e Evolução da Previdência Social no Brasil**. Vol. 11, n. 20. Passo Fundo: Teoria e Evidência Econômica, 2003, pp. 27-55. p. 52.

5. CAMARGO, Paula Tendolin de. **Previdência Social no Brasil**. Monografia de final de curso. UNICAMP, Campinas, Instituto de Economia, 2005. p. 22.

6. FAGNANI, Eduardo. **Previdência: reformar para excluir?** Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira - Brasília: DIEESE/ANFIP; 2017. p. 16.

últimos anos. Conforme o Tribunal de Contas da União, ainda no ano de 2018, foi apurado pelo Tesouro Nacional o déficit primário de 120,2 bilhões de reais.⁷

É notável que uma das grandes propostas para promover um saneamento nas contas públicas tem sido a mudança estrutural no sistema previdenciário. Desta forma, haveria alterações substanciais neste regime, no qual se cogitou incluir o sistema de capitalização individual adotados em países como o Chile. E embora o artigo que previa capitalização tenha sido retirado do texto da PEC nº 6/2019, pode haver sua reintrodução posterior.⁸

A reforma proposta pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 6/2019 é de caráter estrutural, uma vez que modifica a natureza do regime público de previdência, que é de repartição, tornando-o gradualmente privado, sendo que o regime de capitalização irá coexistir com o RGPS até substituí-lo gradativamente, conforme a proposta apresentada no Congresso Nacional.⁹ Se fosse aprovada em seu texto original, esta PEC adicionaria o art. 201-A na Constituição Federal, que tornaria regra o novo regime de previdência privada, a ser regulamentado por lei complementar. Contudo, ao ser aprovada como EC nº 103/2019, não foi introduzido esse artigo.

Ainda cabe ressaltar que as reformas promovidas em 1998 e 2003 foram de caráter paramétrico, uma vez que não alteraram a natureza do regime previdenciário, mantendo-o público e em sistema de solidariedade entre gerações, com a permanência da universalidade da cobertura,¹⁰ de forma a mudar apenas a abrangência e estrutura dos benefícios.¹¹

Tendo em vista o discurso de rombo previdenciário e a ideia de reequilíbrio da contas públicas por meio de uma reforma estrutural que atingiria o sistema de seguridade social, notadamente o Regime Geral da Previdência Social (administrado pelo INSS e diferindo-se dos regimes previdenciários próprios), algumas considerações devem ser feitas sobre este quadro.

A Lei Orçamentária Anual da União, conforme o art. 165, parágrafo 5^a da Constituição Federal, compreende três esferas, quais sejam, o orçamento fiscal dos poderes da União, adjunto aos seus órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta (inc. I); o orçamento de investimento das empresas estatais controladas pelo Governo Federal (inc. II) e o orçamento da seguridade social, que abrange todo tipo de entidade e órgão que a ela se vincule, da administração direta e indireta, incluindo fundações públicas que o

7. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/45/13/8A/FB/DFE1C6105B9484B6F18818A8/Painel-Contas%20do%20Gov_2018_Folhas_A4%20_4_%20fatos%20fiscais.pdf

8. MATSUMOTO, Cristiane. **O sistema de capitalização será adotado pelo Brasil com a Reforma? Valor Econômico, 2019.** Disponível em: <https://www.valor.com.br/reformadaprevidencia/6335619/o-sistema-de-capitalizacao-sera-adotado-pelo-brasil-com-reforma> Acesso em: 27/08/2019 às 16:21.

9. FAVA, Virgínia; FLEURY, Sonia. **Capitalização: Segurança para o Mercado Financeiro, Insegurança para os Trabalhadores.** Seminário Internacional: Experiências em Previdência Social, Congresso Nacional – Brasília/DF – 04 de junho de 2019. p. 4.

10. GENTIL, Denise Lobato. **A Falsa Crise do Sistema de Seguridade Social no Brasil: uma análise financeira do período 1990 – 2005.** UFRJ. In: Congresso Trabalhista Brasileiro. 2007. p. 2.

11. BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal.** Observatório da Cidadania (IBASE), número 11, 2007, pp. 91–98, 2007. p. 95.

Poder Público instituiu e mantém (inc. III).

Entretanto, o orçamento da seguridade social acaba por ser divulgado junto com o orçamento fiscal dos poderes da União, e assim, os dirigentes da Previdência Social costumam divulgar o resultado financeiro do RGPS, através do contraste entre a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários concedidos pelo INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social).¹²

Grande parte dos estudos contabiliza as receitas oriundas da folha de pagamento dos trabalhadores que são destinadas ao Regime Geral da Previdência Social. Contudo, o Sistema de Seguridade Social, da qual a Previdência pública faz parte, também conta com outras fontes de receitas, tais como a CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), o PIS/PASEP, a COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social), as Contribuições sobre Concurso de Prognósticos¹³ e a CPSS (contribuição para o plano de seguridade para o servidor público).

Conforme o gráfico a seguir, há uma discriminação entre receitas e despesas da seguridade social:

RECEITAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receita previdenciária	140.493	163.355	182.008	211.968	245.892	278.173	308.557	337.553	364.396
CSLL	34.411	42.502	43.592	45.754	57.845	57.488	65.732	65.547	61.382
COFINS	102.463	120.094	116.759	140.023	159.891	181.555	201.527	194.549	201.673
PIS/PASEP	26.709	30.830	31.031	40.373	42.023	47.778	51.065	51.955	53.781
CPMF	36.483	3.058	2.497	3.148	3.414	3.765	0	0	5
Receitas de órgãos de seguridade	14.255	13.528	14.173	14.883	16.873	20.044	10.923	7.415	20.534
Contrapartida do Orç. Fiscal p/ EPU	1.766	2.048	2.015	2.136	2.256	1.774	1.273	1.391	2.226
RECEITA TOTAL DA SEGURIDADE	356.580	375.415	392.075	458.285	528.194	590.577	639.077	658.410	703.997
DESPESAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Benefícios Previdenciários	182.575	199.562	224.876	254.859	281.438	316.590	357.003	402.087	436.090
Benefícios LOAS e RMV	14.192	15.641	18.712	22.234	25.116	30.324	34.323	38.447	42.538
Bolsa-Família e outras transferências	8.756	10.605	11.877	13.493	16.767	20.530	23.997	26.156	26.921
EPU	1.766	2.048	2.015	2.136	2.256	1.774	1.273	1.439	2.226
FAT (Seguro-desemprego, abono etc)	17.957	21.416	27.742	29.755	34.738	40.491	46.561	51.833	48.686
Minist. da Saúde - MS	45.212	50.270	58.270	61.965	72.332	80.063	84.412	83.935	102.206
Minist. do Desenv. Social - MDS	2.278	2.600	2.746	3.425	4.033	5.669	6.719	3.986	5.389
Minist. da Previdência - MP	4.496	4.755	6.265	6.482	6.767	7.171	7.280	5.188	8.197
Outras ações da Seguridade	3.365	3.819	6.692	7.260	7.552	9.824	9.824	9.824	11.655
DESPESA TOTAL DA SEGURIDADE	280.596	310.716	359.195	401.609	450.999	512.436	571.392	622.895	683.908
RESULTADO DA SEGURIDADE	75.984	64.699	32.880	56.676	77.195	78.141	67.685	35.515	20.089

Elaboração: Denise L. Gentil. Fontes dos dados de receita: Ministério da Previdência, Boletins Estatísticos da Previdência Social, Ministério do Planejamento, SOF, "Resultado Primário da Seguridade Social", Ministério da Fazenda, Arrecadação, Análise Mensal da Receita. Fontes dos dados de despesa: Ministério da Previdência, Boletins Estatísticos da Previdência Social, SOF, Orçamento Federal, Informações Orçamentárias por Agregados Funcionais e Programáticos

A principal fonte para financiar a seguridade social no Brasil, desta forma, é uma espécie de recurso parafiscal denominado de contribuições sociais, que são custeadas tanto pelos empregados quanto pelos empregadores. E apresentam menor potencial redistributivo do que recursos fiscais como impostos e taxas.¹⁴

Tendo em vista a separação das fontes de recursos oriundos da contribuição direta

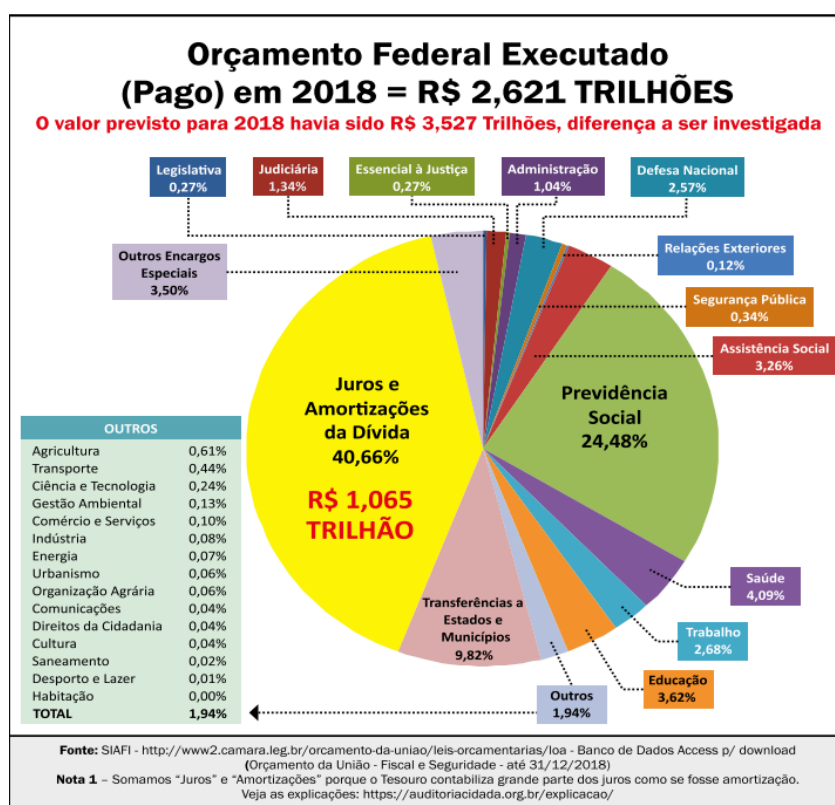
12. SALVADOR, Evilásio. **Quem financia e qual o destino dos recursos da seguridade social no Brasil?** Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro, Relatório de 2007 n. 11, pp. 81-90. p. 82.

13. FAGNANI, Eduardo. **Previdência: reformar para excluir?** Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira - Brasília: DIEESE/ANFIP; 2017. p. 18.

14. SALVADOR, Evilásio. **Quem financia e qual o destino dos recursos da seguridade social no Brasil?** Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro, Relatório de 2007 n. 11, pp. 81-90. p. 84.

de empregados e empregadores para o custeio da Previdência Social, e as contribuições que incidem sobre faturamento, lucro e a movimentação financeira para políticas de assistência e saúde, é perceptível que o financiamento da seguridade social continua fragmentado.¹⁵

Ainda no que tange ao orçamento da União, é preciso abordar que o sistema previdenciário não representa a maior parcela dos gastos públicos, como é notável no gráfico a seguir:



É visível, desta forma, que outros são os fatores responsáveis pelo déficit nas contas públicas do governo federal, tais como os juros e amortizações da dívida pública¹⁶ (aproximadamente um trilhão de reais executados em 2018), sonegação fiscal¹⁷ (estimativa de 452 bilhões de reais que deixaram de ser arrecadados em 2015),¹⁸ desonerações fiscais excessivas (estimativa de 158 bilhões de reais que deixaram de ser arrecadados em 2015),¹⁹ e desvinculação de receitas da União, as DRU's (63 bilhões em receitas desvinculadas da seguridade social no ano de 2015).²⁰

15. Ibidem, p. 87.

16. GENTIL, Denise Lobato. **A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira: análise financeira do período 1990–2005**. 2006. 358f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Economia, Rio de Janeiro, RJ, 2006. p. 215.

17. CAMARGO, Paula Tendolin de. **Previdência Social no Brasil**. Monografia de final de curso. UNICAMP, Campinas, Instituto de Economia, 2005. p. 38.

18. FAGNANI, Eduardo. **Previdência: reformar para excluir?** Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira - Brasília: DIEESE/ANFIP; 2017. p. 14

19. Ibidem, p. 19.

20. Ibidem, p. 14. Ainda vale ressaltar, que, conforme o mesmo texto, “o Congresso Nacional aprovou em 2016 a majoração de 20% para 30% da Desvinculação de Receitas da União (DRU).”

Ao se somar todos estes valores, o total de recursos “drenados” do orçamento federal chega a valores que poderiam compensar com folga o saldo negativo calculado para o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social, apontado em 290,2 bilhões de reais.²¹

Tendo em vista as considerações sobre seguridade social e previdência em função do orçamento da União, em seguida será tecido um panorama sobre impactos e perspectivas para o trabalhador.

3 | SEGURIDADE SOCIAL E INTERESSES LABORAIS

No que se refere aos interesses laborais, o Brasil vive um contexto de flexibilização do Direito do Trabalho, esboçadas na Lei 13.467/17, que altera significativamente a CLT, e na Lei 13.429/17, que permite terceirização da atividade-fim das empresas e dispõe sobre trabalho temporário em empresas urbanas.

Tais medidas irão trazer impactos diretos para as relações de trabalho e para a seguridade social. As perspectivas, desta maneira, são boas para o empregador; contudo, para os empregados, é esperado que haja diminuição do número de direitos, menor segurança do trabalho²² e maior rotatividade de empregos.²³ Ainda conforme Fagnani, o que se aduz de impactos para os empregados é que:

A Reforma da Previdência poderá desmotivar a adesão ao sistema público, expulsar atuais contribuintes e incentivar a migração para a Previdência privada.

Todas essas possibilidades poderão ter consequências graves na quebra da arrecadação do RGPS, comprometendo a sobrevivência do sistema.²⁴ (grifos do autor)

Esta é outra das perspectivas trazidas pela PEC nº 6/2019, que, ao promover não uma reforma paramétrica, mas sim uma reforma estrutural no sistema previdenciário, promoverá um fortalecimento da previdência privada em detrimento do regime administrado pelo INSS.

Ainda cabe mencionar que apenas alguns regimes previdenciários próprios continuariam a ter um bom funcionamento, como o de determinados servidores públicos que constituiria uma parcela privilegiada,²⁵ conforme Paula Tendolim de Camargo, que

21. MARTELLO, Alexandre. **Rombo previdenciário sobe para R\$ 290,2 bilhões em 2018 e bate recorde**. G1, Brasília. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/29/rombo-previdenciario-sobe-para-r-290-bilhoes-em-2018-e-bate-recorde.ghtml>

22. KREIN, José Dari. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva**. Tempo Social, v. 30, n. 1, 2018. pp. 77-104. p. 83.

23. FAGNANI, Eduardo. **Terceirização, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência**: impactos nas receitas do RGPS Social. Audiência Pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater o Projeto de Lei n.38 que altera a CLT (1943). Brasília, 23 de maio 2017. p. 24

24. Ibidem, p. 21.

25. CAMARGO, Paula Tendolin de. **Previdência Social no Brasil**. Monografia de final de curso. UNICAMP, Campinas, Instituto de Economia, 2005. p. 39.

além de consumir grande parcela das arrecadações previdenciárias, ainda serão pouco atingidos pela EC 103/2019.

Ao se levar em consideração que, se aprovada uma nova PEC com a inserção de dispositivo que prevê o regime de capitalização (previdência privada), a tendência é que este substitua gradualmente o regime de repartição (previdência social); e tendo isto em vista, deve ser abordada a questão de que tal sistema é eficiente sob uma ótica econômica, contudo, haveria insuficiência de recursos para ter acesso à aposentadoria nos casos de desemprego ou exclusão do mercado de trabalho.²⁶

E essa insuficiência pode ser agravada em casos de alta rotatividade de empregos, que tende a aumentar em decorrência das alterações na legislação trabalhista e previdenciária dos últimos anos.

Diante de todo este quadro, a perspectiva é a de um grande número de pessoas que não conseguirá manter um emprego ininterrupto, o que tornará mais difícil de o empregado contribuir por tempo o bastante para angariar fundos suficientes para desfrutar de uma aposentadoria digna,²⁷ levando, assim, a um decréscimo na qualidade de vida.

Esse decréscimo, assim, pode se tornar mais grave à medida que se envelhecer, uma vez que haverá menor acesso aos benefícios da seguridade social, decorrentes de uma reforma não apenas paramétrica (que viria a se somar às mudanças feitas em 1998 e 2003, que diminuíram o acesso aos benefícios previdenciários), mas estrutural, que inclusive elevará a idade mínima exigida para conseguir a aposentadoria voluntária, conforme a PEC 287/2016.²⁸

4 | CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, é indiscutível que o sistema previdenciário deve ser analisado em função do perfil demográfico do Brasil; esta é uma variável relevante que não deve ser desconsiderada para promover adequações no sistema previdenciário, com a finalidade de manter sua sustentabilidade.

O sistema previdenciário, além disso, também precisa ser analisado em função do orçamento da União, tendo em vista a necessidade de desfazer o déficit no orçamento do governo federal, sem, contudo, reduzir drasticamente a qualidade das relações trabalhistas e previdenciárias; desta forma, a fim de restaurar o equilíbrio das contas do poder público, é preferível promover alterações no sistema tributário, financeiro e orçamentário, uma vez que estes campos apresentam despesas ou perda de recursos maiores do que o RGPS.

26. MATSUMOTO, Cristiane. **O sistema de capitalização será adotado pelo Brasil com a Reforma? Valor Econômico, 2019.** Disponível em: <https://www.valor.com.br/reformadaprevidencia/6335619/o-sistema-de-capitalizacao-sera-adotado-pelo-brasil-com-reforma> Acesso em: 28/08/2019 às 20:15.

27. MATSUMOTO, Cristiane. **O sistema de capitalização será adotado pelo Brasil com a Reforma? Valor Econômico, 2019.** Disponível em: <https://www.valor.com.br/reformadaprevidencia/6335619/o-sistema-de-capitalizacao-sera-adotado-pelo-brasil-com-reforma> Acesso em: 28/08/2019 às 20:37.

28. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1514975&filena-me=PEC+287/2016. Acesso em: 29/08/2019 às 13:40.

As alterações promovidas no Direito do Trabalho e no Direito Previdenciário trarão significativos impactos para o trabalhador, de maneira que as perspectivas acabam sendo a diminuição de direitos, dificuldade de acesso aos benefícios previdenciários e queda na qualidade de vida.

Desta forma, poderia haver mudanças no sistema de seguridade social que não colidissem com garantias laborais e previdenciárias, tais como maior inclusão de trabalhadores do mercado informal no regime previdenciário, ampliando o número de contribuições e a cobertura; destinação de mais receitas de contribuições sociais aos regimes previdenciários, para assegurar a estes maior sustentabilidade financeira; e também mudanças de caráter paramétrico que não alterassem a natureza do sistema de repartição do sistema previdenciário.

REFERÊNCIAS

BERTUSSI, Luís Antônio Sleimann; TEJADA, César A. O. **Conceito, Estrutura e Evolução da Previdência Social no Brasil**. Vol. 11, n. 20. Passo Fundo: Teoria e Evidência Econômica, 2003, pp. 27-55.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal**. Observatório da Cidadania (IBASE), n. 11, 2007, pp. 91–98.

CAMARGO, Paula Tendolin de. **Previdência Social no Brasil**. Monografia de final de curso. UNICAMP, Campinas, Instituto de Economia, 2005.

FAGNANI, Eduardo. **Previdência: reformar para excluir?** Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira - Brasília: DIEESE/ANFIP; 2017.

_____. **Terceirização, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência: impactos nas receitas do RGPS Social**. Audiência Pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater o Projeto de Lei n.38 que altera a CLT (1943). Brasília, 23 de maio 2017.

FAVA, Virgínia; FLEURY, Sonia. **Capitalização: Segurança para o Mercado Financeiro, Insegurança para os Trabalhadores**. Seminário Internacional: Experiências em Previdência Social, Congresso Nacional – Brasília/DF – 04 de junho de 2019.

GENTIL, Denise Lobato. **A Falsa Crise do Sistema de Seguridade Social no Brasil: uma análise financeira do período 1990 – 2005**. UFRJ. In: Congresso Trabalhista Brasileiro. 2007.

_____. **A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira: análise financeira do período 1990–2005**. 2006. 358f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Economia, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

KREIN, José Dari. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva**. Tempo Social, v. 30, n. 1, 2018. pp. 77-104.

MARTELLO, Alexandre. **Rombo previdenciário sobe para R\$ 290,2 bilhões em 2018 e bate recorde**. G1, Brasília. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/29/rombo-previdenciario-sobe-para-r-290-bilhoes-em-2018-e-bate-recorde.ghtml>

MATSUMOTO, Cristiane. **O sistema de capitalização será adotado pelo Brasil com a Reforma?** Valor Econômico, 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/reformadaprevidencia/6335619/o-sistema-de-capitalizacao-sera-adotado-pelo-brasil-com-reforma>

SALVADOR, Evilásio. **Quem financia e qual o destino dos recursos da seguridade social no Brasil?** Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro, Relatório de 2007 n. 11, pp. 81-90.

SILVA, Guilherme. **Um Estudo da Sustentabilidade da Previdência Brasileira:** análise dos regimes próprios municipais. Monografia de final de curso. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social e seguridade social no Brasil:** pautas para o trabalho do assistente social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 116, 2013, pp. 652-74.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 91, 94, 97, 98, 104, 111, 113, 115

Acumulação 1, 2, 3, 4, 6, 22, 30, 58, 59, 60, 108, 109, 116, 123, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Adolescentes 64, 113, 115, 181, 187

Assistência Social 7, 15, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 78, 80, 82, 83, 96, 107, 110, 113, 114, 115, 117, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 158, 159, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 193, 197, 198, 200

B

Benefício 48, 49, 82, 90, 164, 166, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

Bolsa Família 72, 73, 80, 81, 82, 158, 159, 164, 165, 168, 169, 182, 183

C

Capitalismo 1, 2, 4, 6, 7, 23, 32, 50, 59, 75, 76, 77, 109, 121, 123, 159, 166, 169, 177, 192

Capitalista 2, 3, 5, 6, 13, 21, 22, 23, 26, 30, 31, 32, 38, 47, 53, 58, 59, 82, 93, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 121, 123, 126, 160, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 192, 193

Conselho 12, 18, 33, 38, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 99, 136, 138, 141, 143, 146, 173, 192, 193, 199

Controle Social 8, 9, 11, 12, 15, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 136, 137, 142, 145, 147, 163, 165

D

Deficiência 64, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Desigualdade Social 7, 14, 43, 59, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 120, 166, 175

Direito 4, 7, 8, 13, 17, 39, 44, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 68, 70, 71, 75, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 94, 102, 105, 113, 114, 125, 138, 148, 154, 156, 160, 161, 163, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 186, 187, 189, 191, 194

Direitos 3, 7, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 37, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 121, 122, 132, 137, 140, 142, 144, 154, 156, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 188, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 200

E

Educação 8, 11, 13, 16, 18, 36, 42, 43, 80, 81, 82, 85, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 105, 117, 122, 164, 166, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Estado 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 25, 26, 30, 31, 32, 41, 42, 50, 57, 63, 64, 68, 69, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 93, 97, 98, 100, 101, 102, 107, 108, 110, 111, 118, 121, 125, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 147, 159, 160, 161, 163, 167, 168, 169, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 193, 194, 197, 198

Estigma 43, 46, 128, 129, 130, 132, 134, 135

Europa 1, 2, 4, 57, 58, 76, 85, 87, 89, 90, 108, 109

J

Jornal 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

L

Lixo 9, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

M

Mulher 56, 58, 113, 114, 115, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 149

N

Negra 57, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Negro 42, 52, 55, 57, 58, 60, 122, 123, 124, 127, 129, 133

O

Objetificação 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Organizações da Sociedade Civil 67, 136, 137, 138, 145, 146

P

Participação 11, 15, 16, 28, 38, 50, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 80, 137, 139, 142, 143, 144, 145, 150, 160, 161, 163, 176, 180, 185, 187

Periferia 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Pessoa com Deficiência 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 194

Planejamento 14, 17, 78, 82, 83, 100, 136, 140, 141, 142, 143, 145, 146

Política Social 28, 39, 64, 83, 136, 158, 160, 163, 165, 168, 169, 192, 198, 200

Políticas Públicas 9, 14, 15, 18, 23, 30, 32, 38, 39, 48, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 78, 80, 107, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 138, 141, 143, 145, 147, 176, 197, 200

Políticas Sociais 15, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 82, 104, 112, 117, 118, 120, 138, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 178, 181, 192, 200

População 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 21, 35, 36, 41, 42, 43, 44, 47, 64, 65, 69, 70, 74, 77, 79, 80, 81, 96, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 132, 133, 142, 143, 145, 149, 163, 165, 168, 173, 174, 175, 176, 194

Popular 22, 27, 28, 29, 32, 38, 60, 62, 65, 66, 67, 68, 88, 160, 163

Previdência Social 63, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 163, 164, 178, 179, 180, 181, 200

Q

Questão Agrária 1, 2, 6

Questão Social 2, 6, 26, 52, 56, 60, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 91, 93, 95, 96, 104, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 141, 142, 158, 159, 160, 161, 163, 167, 177, 192, 193

Questão Urbana 19, 20, 21, 22, 27, 30, 31, 109

R

Racismo 52, 55, 56, 57, 58, 59, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132

Refugiados 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Refúgio 52, 54, 57, 58, 60, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 105

Rua 24, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 173

S

Saneamento 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 148, 151

Seguridade Social 63, 64, 65, 77, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 169, 178, 179, 181, 200

Serviço Social 6, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 28, 39, 43, 51, 60, 70, 71, 84, 94, 95, 107, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 127, 128, 136, 145, 146, 150, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 189, 190, 195, 200

Sexualização 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Sociedade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 13, 16, 21, 22, 23, 30, 31, 47, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 75, 82, 91, 92, 93, 108, 109, 111, 112, 114, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 146, 150, 157, 159, 160, 162, 163, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 198

T

Trabalho 1, 2, 3, 5, 6, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 69, 74, 75, 76, 79, 84, 89, 93, 94, 95, 96, 100, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 195, 197

U

Universidade 1, 17, 19, 28, 38, 39, 51, 52, 62, 84, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 118, 120, 128, 148, 153, 156, 158, 177, 178, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020